

Quem controla a água? Mapeamento de controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço/MG

Raphael Vianna Mannarino Bezerra³⁹ & Fátima Teresa Braga Branquinho⁴⁰

Resumo: Trata-se de cumprir dois compromissos. Primeiro, almeja-se demonstrar, a partir de uma cartografia de controvérsias, certo movimento na construção de um objeto técnico e a ação compartilhada que o compõe. O segundo objetivo atenta, sobretudo, à relevância do tema – uma Guerra das Águas - num momento em que a Terra tem se mostrado pequena demais aos anseios extrativistas norteados por princípios econômicos, e grande demais para ser considerada nos diminutos espaços que as fronteiras tentam delimitar.

Palavras-chave: Água Mineral; Cartografia de Controvérsias; São Lourenço-MG.

Sobre as águas virtuosas: um passado presente no futuro sul-mineiro

Nas vias mineiras, notadamente em sua parte meridional, não circulavam apenas o ouro e as pedras preciosas que abasteciam a província, mas também enfermos que buscavam a cura nas águas de Campanha (ANDRADE, 2004, p. 190). Foi, portanto, junto com a descoberta - por viajantes, tropeiros e caçadores – desses lugares de águas virtuosas que disseminaram-se por toda a Corte as notícias sobre os povoados do Sul da Província de Minas. Os viajantes na busca de cura para os seus males vinham de partes distintas, desde as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como das vilas e dos distritos vizinhos. As viagens familiares para o tratamento com as águas minerais eram comuns e pareciam oferecer benefícios que compensavam a possibilidade de investidas por parte de

39 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

40 Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

bandoleiros e os riscos associados às travessias, como a topografia acidentada e as intempéries climáticas⁴¹. Uma vez expostas aos tratamentos com as águas virtuosas, as famílias permaneciam no local por um tempo prolongado, o que nos permite imaginar a importância dessa atividade para a história da região (ANDRADE, 2004, pp. 191-192).

O trabalho de Stelio Marras (2004) é inevitável àqueles que pretendem se transportar ao mundo – sim, um mundo, mas que não é único – da ascensão, do apogeu e do declínio das estações de cura no sul mineiro. A mitologia é um recurso engenhoso mobilizado no livro do autor para descrever os dois tempos da cidade balnear inventados pelo escritor de Poços de Caldas, Jurandir Ferreira. Transcrevo um trecho do livro onde Marras (2004, p. 296) sintetiza tal empreendimento de Jurandir, a saber: “o primeiro [tempo], exclusivamente curista, apenas regido por Esculápio, e o segundo, já tendo Baco incluído”. Em resumo, atenta-se para dois tempos regidos por deuses que se irmanam nesses sítios de águas virtuosas: quando Esculápio encontra Baco, a cura encontra a carne e cicatriza como uma marca indelével na história da formação desses balneários.

O aspecto relevante a ser destacado aqui é que a medicina, após o século XVIII, passa a adquirir um caráter universal, pois sem campo fronteiriço. Passa a participar, portanto, de outros domínios que não àqueles originais da prática médica e da sua relação com o paciente. Por outro lado, estimula-se, através da permanência de uma característica herdada da prática médica do século XVIII - o progresso médico pago por diversas consequências negativas, no qual, atualmente, ultrapassam a escala do indivíduo e alcançam a escala da espécie humana (FOUCAULT, 2010, p. 178)⁴² – um retorno às

41 Andrade (2004, p. 191) descreve uma situação na qual a esposa de Evaristo Ferreira da Veiga - que estava à caminho de realizar uma visita aos seus irmãos em Campanha, em dezembro de 1836 – teve que abandonar a liteira em que viajava por conta da descida íngreme em tempo de chuva.

42 Disse Foucault (2010, pp. 187; 191) que, desde o século XVIII, a medicina e a saúde foram apresentadas como um problema econômico. A medicina surgiu no final daquele século por exigências econômicas. Lembra o filósofo que a Sociedade Real de Medicina da França nasceu de uma epizootia e não de uma epidemia. Nasceu, pois, de uma doença que atingia os rebanhos no Sul da França, e foi, portanto, uma

cosmologias antigas, o que nos faz perceber que o tempo abandona o seu caráter linear (LATOURE, 2016, p. 38) e passa a adquirir um movimento cujo passado e o presente encontram-se mastigados, imbricados, e a digestão desses saberes pela Terra é um futuro incógnito que se anuncia no horizonte. A “decolagem de Esculápio”⁴³, portanto, referia-se à necessidade de retirar as águas virtuosas das sombras da credence e purifica-las sob a luz do positivismo. Positivismo esse que não cessou de ganhar altitude e estimulou o desenvolvimento mesmo da alopatia que veio a lançar as águas virtuosas de volta às sombras da infância da Ciência. À Baco, resta-nos observar que os seus templos foram os cassinos que proporcionavam o entretenimento do jogo como um alívio aos tediosos 21 dias das temporadas de tratamentos hidrotermais.

Mas que falar quando hoje se observa nos argumentos que reivindicam as virtudes dessas águas, algo de seu poder de cura amplamente divulgado na infância de Esculápio? Ou ao corte das asas de Baco, que enviado para as sombras da ilegalidade, em 1946, pela obrigatoriedade de encerramento dos seus templos, hoje se agita em ruínas com a

demanda econômica. Ocorre que, atualmente, a vinculação da medicina aos problemas econômicos se dá por um espectro distinto daquele, pois, antes, solicitava-se à medicina que fornecesse à sociedade indivíduos fortes e aptos ao trabalho e, portanto, recorreu-se a medicina como instrumento de manutenção e reprodução da força de trabalho para o funcionamento da sociedade moderna. Agora, por outro lado, a economia encontra a medicina por outras vias. Não apenas porque pode reproduzir a força de trabalho, mas porque pode produzir diretamente riqueza, na medida em que a saúde constitui objeto de desejo para uns e lucro para outros. Completa Foucault que os grandes lucros da saúde vão para a indústria farmacêutica, que é sustentada pelo financiamento coletivo da saúde e da doença, por mediação das instituições de seguro social que obtêm fundos das pessoas que devem se proteger contra as doenças. Assim, para o filósofo, os médicos cada vez mais atuam como intermediários entre a indústria farmacêutica e a demanda do cliente, ou seja, simples distribuidores de medicamentos e medicação.

43 Alusão à “decolagem da medicina” (FOUCAULT, 2010). Uma decolagem sanitária que foi acompanhada por um desbloqueio técnico e epistemológico da medicina. Se essas águas eram “multivocacionadas”, portanto, “virtuosas por vocação” e “expressavam modernidade” (MARRAS, 2004, p. 285) é relevante considerar que os médicos foram alguns dos mais importantes porta-vozes dessas virtudes mesmas.

possibilidade de alçar um novo voo?⁴⁴ Aqui, portanto, esse passado presente pode ser tomado num só gole, preferencialmente nas fontes, como nos convidam a fazer os cidadãos desses lugares de águas virtuosas.

Sobre a cartografia das controvérsias

A noção de controvérsia é demasiada ampla. Tommasio Venturini (2010a) sugere uma interessante síntese à essa noção: as controvérsias são situações onde os atores discordam; elas têm início quando os atores descobrem que não podem ignorar uns aos outros e terminam quando os atores adotam o compromisso de viver em conjunto. Para Venturini (2010a, p. 6), portanto, as controvérsias são situações em que os atores “concordam em sua discordância”⁴⁵. Embora se trate de uma noção bastante vaga, Venturini (2010a, p. 6) não entende essa característica como um obstáculo para uma cartografia, já que esse exercício, entende o autor, está menos interessado na definição do seu objeto (a controvérsia) do que em demonstrar sua aplicabilidade na variedade mais ampla dos fenômenos sociais. Bruno Latour (2016, p. 79) sintetiza o conceito de controvérsia como “todas as posições possíveis, que vão desde a dúvida mais absoluta [...] até a certeza indiscutível”. Latour (2016, p. 164) sugere, então, um caminho – um método – para orientar-se no terreno das controvérsias. Tal caminho é norteado por uma série de questões⁴⁶ que demandam a identificação de numerosos atores. Tal mapeamento passa a

44 A queda de Baco é decorrente da proibição dos jogos de cassino pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Uma síntese desse “duplo golpe” sofrido pelo curismo e o turismo nas estações de água brasileiras pode ser encontrada em Marras (2004, p. 125), a quem tomo emprestado o termo acima colocado entre aspas. Para a possível retomada dessa atividade ver: Projeto de Lei (PL 186/14), Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?t=150883> > Acesso em: mar. 2017.

45 Tradução direta nossa. Do original: “[a]gree on their disagreement” (Venturini, 2010a, p. 6).

46 “Os representantes são legítimos e autorizados?; as representações das coisas e das questões que debatem estão suficientemente precisas?; existem âmbitos legítimos em que ambos os grupos de



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ser, portanto, um recurso precioso para que saibamos distinguir amigos e inimigos em tempos de guerra⁴⁷, aqui, das águas.

Tommaso Venturini (2010a)⁴⁸ atenta que o mapeamento de controvérsias ultrapassou o caráter do recurso didático desenvolvido por Bruno Latour para treinar os seus alunos na investigação do debate sociotécnico contemporâneo e passou a ser um método de pesquisa. Venturini (2010a, p. 1) define o mapeamento de controvérsias como o exercício de criar dispositivos para observar e descrever debates sociais, com especial atenção aos problemas tecnocientíficos. Dotado, portanto, de certo minimalismo teórico e metodológico, o mapeamento de controvérsias não exige um protocolo específico (VENTURINI, 2010a, p. 2). É, enfim, um caminho que se faz ao caminhar, sem que o destino seja antecipado na forma de uma explicação. Mas, ao contrário, que se alimente, o destino, de toda a riqueza das descobertas que a cuidadosa observação pode prover.

representantes possam se encontrar e eventualmente mudar de opinião sobre as suas posições?” (LATOUR, 2016, p. 164).

47 O progressivo reconhecimento de um estado de coisas [state of affairs] no lugar das questões de fato [matters of affect], este último com um caráter pacificador – de concordância – coloca a questão de uma “Guerra das Ciências”. Isto ocorre em virtude da controvérsia ser inerente aos “fatos” que antes criavam uma concordância. Surgem no seu lugar inúmeras dissidências e, assim, os fatos deixam de ser a alternativa pacificadora em relação à política. Nesse processo, então, os objetos “que eram concebidos como totalmente exteriores à esfera social e política, se tornam coisas novamente” (LATOUR, 2002: 21). Em síntese, conforme coloca Latour (2002: 21), anteriormente, ainda era possível acalmar as turbulentas paixões políticas a partir de uma sólida importação de fatos indisputáveis. A única possibilidade nos dias atuais, parece ser acrescentar à turbulência passional, a turbulência gerada pelo disputados “estado das coisas”. É possível reconhecer que a fonte da paz não reside mais no Globo; soma-se a isto a constatação de que as culturas já não desejam ser “meras culturas” (LATOUR, 2002: 22). Estamos, portanto, diante da Guerra dos Mundos, onde o mononaturalismo foi substituído por um multinaturalismo e ninguém quer ser apenas “tolerado”.

48 O referido texto está disponível no sítio oficial do pesquisador < http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf > Acesso em: fev. 2017.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Embora Venturini (2010a, p. 3) tenha separado a observação da descrição - o que, ressalta o autor, trata-se de uma distinção artificial que não corresponde à duas operações distintas, mas simultâneas -, tal quebra tenciona, sobretudo, evitar a confusão entre a tarefa de implantação da complexidade das controvérsias com a tarefa de ordenar a complexidade das controvérsias. Ocorre que os atores podem ser humanos ou não humanos, e as controvérsias envolvem todos os tipos de atores. Importa, no entanto, atentar que tal constatação não prediz que os atores atuem em simetria. Ou seja, como indica Venturini (2010a, p. 7), embora haja uma hibridização de atores, estes não são iguais e nem atuam da mesma maneira. As controvérsias exibem, portanto, o movimento existente no social: grupos aparentemente desconexos podem agenciar-se enquanto grupos aparentemente coesos podem fragmentar-se. Logo, nenhuma assembleia “natural” e/ou “técnica” pode ser tomada como cristalizada. Venturini (2010a, p. 8) traz outra característica importante acerca das controvérsias: elas resistem ao reducionismo. Se um elemento pode ser extraído acerca dos atores envolvidos em uma controvérsia é a discordância. Nas controvérsias, como já dito, os atores discordam inclusive sobre a sua própria discordância, e isto dificulta a resolução dos problemas, já que, por se tratar de um plural (problemas), não podemos reduzi-los à uma questão apenas. Diz Venturini (2010a, p. 9) que a dificuldade das controvérsias não está na discordância dos atores sobre as respostas, mas que eles – os atores – sequer concordam nas perguntas. Ora, retornamos aqui à proposição de voltarmos às perguntas simples⁴⁹ e descrever algo da complexidade que lhes são inerentes.

Atenta-se, ainda com Tommaso Venturini, para mais duas importantes características das controvérsias: elas são debatidas e elas são conflitos. No que tange a primeira, diz o autor (2010a, p. 9), emergem as controvérsias quando coisas que eram tidas

49 Agora que a Terra nos apresenta o complexo retrato da ciência, da moral, das controvérsias e da política (LATOURET, 2014b), o conselho de Boaventura de Souza Santos (1988, p. 46) para “voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples” torna-se uma tarefa que, embora não seja exclusiva, apresenta-se como indispensável para um estudo do nosso tempo.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

como garantidas começam a se tornar questionadas e discutidas. Sobre a segunda, trata-se de um fenômeno evidenciado no processo de fragmentação e homogeneização da globalização; a entrada no multiverso e a guerra dos mundos. Assim, as controvérsias, atenta Venturini (2010a, p. 10), são lutas para conservar ou reverter desigualdades e, embora demandem negociações sob procedimentos democráticos, podem envolver o uso de força e violência.

Para o autor, a observação da construção da vida coletiva não deve advir apenas da observação dos atores isoladamente ou das redes sociais já estabilizadas, mas os atores-redes⁵⁰. Embora apanhadas em seu movimento, para evitar a perda da habilidade de associação – o social em construção -, mergulhar nas controvérsias torna-se uma tarefa, embora fatigante, necessária. As controvérsias são complexas, pois, para Venturini (2010a, p. 12), são o local onde a vida coletiva é derretida e forjada; para este autor, o social em seu estado magmático.

Tal magma, como sabemos, é hibridizado. A cartografia de controvérsias é, então, de acordo com Venturini (2010a, p. 13), uma caixa de ferramentas para lidar com essa hibridização crescente; um esforço para seguir as disputas na medida em que estas ultrapassam as fronteiras disciplinares. Para o caso da água mineral, o debate pode contemplar, ao mesmo tempo, distintas epistemologias: da química, da geologia, da sociologia, do direito, da engenharia, da medicina, da economia [...]. Note-se que refiro-me somente ao espectro disciplinar. Logo, mergulhar nos mistérios técnico-científicos é um desafio que o cartógrafo de controvérsias precisa lidar. Um árduo exercício com o benefício de um precioso aprendizado. Tal mergulho, é verdade, exige certo treinamento: ora, na medida em que a escala de observação se amplia, as plataformas para os saltos tendem a ser consideravelmente mais altas, e a maneira como o mergulhador se encontrará com a água

50 Diz Venturini (2010a, p. 11): as configurações fugazes em que os atores estão negociando os laços de velhas redes, e o surgimento de novas redes redefinindo a identidade dos atores é o objeto da ANT e da cartografia das controvérsias.

poderá ser crucial para uma entrada bem sucedida ou não. À isto, o mergulhador deverá a sua técnica. Mas, afinal, qual será a técnica mais adequada para o mergulho que se pretende dar nas turbulentas águas das controvérsias?

Novamente, é Tommaso Venturini (2010b) que nos oferece uma iluminação sobre esse problema. O autor introduz algumas técnicas descritivas de mapeamento de controvérsias de maneira a contemplar as particularidades e os respectivos usos mais adequados às técnicas apresentadas. Diz Venturini (2010b, p. 3) que, como já descrito acima, as etapas da observação e da descrição não devem ser confundidas, o que prediz que sua inscrição no mapa pretende torna-lo (o mapa) legível. O mapa não é, portanto, um retrato do território observado, mas uma forma de representar a complexidade observada no território.

Para Venturini (2010b, pp. 3 - 4), as observações devem ser as mais complexas possíveis e as descrições as mais simples possíveis, o que não quer dizer que trata-se de uma tarefa adequada às mentes preguiçosas. Estejamos, pois, aberto à todas as perspectivas, na condição que conservemos a consideração de que nem todos possuem o mesmo status, ou seja, garantir a cada ator uma representação que corresponda à sua posição e relevância na disputa. Em síntese: conferir diferentes visibilidades para diferentes pontos de vista dos atores de acordo com a sua representatividade, influência e interesse. A representatividade diz respeito à quantidade de atores que se inscrevem em um único argumento; a influência se refere à ocupação das posições que podem conferir a alguns atores o poder de afetar as ações de outros atores e moldar as controvérsias; e o interesse nos remete à atenção que precisa ser conferida às minorias em desacordo, já que são estas que, na medida em que trazem perspectivas marginais e questionam o estabelecido, trazem à tona as controvérsias.

Por sua vez, as descrições devem ser, para Venturini (2010b, pp. 6 – 7), realizadas de maneira a contemplar três aspectos que lhes confirmam certa estabilidade estrutural, a saber: i) adaptação; ii) redundância; e iii) flexibilidade. O primeiro diz respeito à adaptação ao substrato inconsolidado e irregular característico do magma das controvérsias:

contemplar a reflexibilidade dos atores na medida em que estes se esforçam para explicar os mundos em que vivem; o segundo aspecto contempla os muitos mapas possíveis – e com informações repetidas, portanto, redundantes - aptos a incorporar diferentes aspectos do fenômeno: a redundância, nesse caso, estabiliza as representações e lhes confere estabilidade diante do debate público; a terceira diz respeito ao dinamismo conferido pelas disputas públicas. Os mapas só podem resistir à esses movimentos se forem flexíveis, ou seja, se mantiverem a possibilidade de retornar à complexidade original para propor novas, mas alternativas, simplificações.

Apresenta-se, portanto, as sete recomendações de Venturini (2010b, p. 7) para a cartografia de controvérsias: i) escutar os atores mais do que as próprias presunções; ii) observar quantos pontos de vista forem possíveis; iii) não restringir as observações à uma única modalidade teórica ou metodológica; iv) ajustar as observações e descrições recursivamente; v) simplificar a complexidade respeitosamente; vi) atribuir para cada ator a visibilidade proporcional ao seu peso; e vii) prover descrições aptas à adaptação, redundância e flexibilidade.

Fala-se aqui de água. A cartografia de controvérsias recusa qualquer corrimão e recomenda a natação (VENTURINI, 2010, p. 10). O mergulho pode ser postergado, quiçá evitado, já que a água pode estar muito fria e sabe-se que a natação será incansável. Como naquela famosa anedota do sapo no pote de leite, é a natação que permite escapar ao lento sufocamento⁵¹. Uma observação: não é o pesquisador que deve direcionar o rumo de uma controvérsia, mas os atores. O sufocamento, caso o pesquisador venha a insistir na condução de uma controvérsia, seria o estabelecimento de uma Verdade (“V” maiúsculo,

51 O filósofo Gilles Deleuze, em “conversações” (2013, p. 34), falou sobre um “ar do tempo [...] em que pesquisas convergentes estão sendo realizadas em domínios muito diversos”. Ocorre que o ar de nosso tempo – o tempo que corre e o tempo que faz (clima) (Serres, 1990, p. 49) - encontra-se agitado, policiado, aquecido, nebuloso, poluído, disputado, e a sensação de um lento sufocamento parece cada vez ganhar mais espaço.

singular pois Científica) em detrimento de outras. A cartografia de controvérsias permite colocar no mapa mundos outros que seriam sufocados caso conduzidos. Benefício secundário para além de um trabalho científico nesses moldes: uma notável importância política.

Sobre híbridos e a garrafa de água mineral

Em entrevista concedida aos antropólogos brasileiros Renato Sztutman e Stelio Marras, em 2004, na cidade de Paris⁵², quando perguntado sobre a noção de hibridização empregada em suas reflexões, Bruno Latour reconhece que a utilização do termo foi feita com a proposição de testa-lo, uma vez que trata-se, o “híbrido”, de um mundo inteiro da ciência genética. Contudo, a utilização desse termo, observa Latour (in: SZTUTMAN e MARRAS, 2004, p. 406), traz a vantagem de que

quando você fala em garrafas de água mineral, por exemplo, você vai encontrar a legislação, os problemas de poluição e a água vai se por a diferir, a se complicar, deixando de estar situada como *matter of fact* [grifo meu]⁵³.

Passa a garrafa de água mineral, assim, no vocabulário de Latour, a ser considerada como um “estado de coisas [state of affairs]” e, portanto, discutível. Logo, temos dentro de uma garrafa um híbrido de epistemologias que o pequeno recipiente⁵⁴, sobretudo em seu

52 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf> > acesso em: mar. 2017.

53 Coloca Latour (2002: 21) que, em tempos pretéritos, ainda era possível acalmar as turbulentas paixões políticas a partir de uma sólida importação de fatos indisputáveis. A única possibilidade nos dias atuais parece ser acrescentar à turbulência passional a turbulência gerada pelo disputados “estado das coisas”.

54 Para tornar esse argumento mais palpável, basta que observemos, por exemplo, o movimento conferido à legislação até que ela chegasse ao Código das Águas Minerais (Decreto-Lei no 7.841/45) e a sua submissão ao Código Brasileiro de Mineração (Decreto-Lei no 227/67); ou aos sangrentos caminhos percorridos pelos bandeirantes quando do reconhecimento do que outrora fora denominado como águas santas; remetermo-nos, também, às façanhas do positivismo e ao avanço da frente modernizadora que

rótulo, não deixa de acusar⁵⁵. Assim, a garrafa de água mineral é um estado de coisas que ainda é objeto de composição⁵⁶. Examinemos, então, não apenas o objeto técnico no momento em que o vemos, mas o projeto sob o qual fora – e continua sendo - tal objeto submetido.

lograram às águas minerais o emblema de um fluido capaz de curar enfermidades e, com o progresso da medicina, notadamente a alopática, delegou essas propriedades outrora virtuosas à qualidade de uma medicina primitiva, pois arcaica.

55 Diz o Código de Águas Minerais, em seu Capítulo VI, Artigo 29: Art. 29. Fica criado o rótulo padrão sujeito à aprovação do D.N.P.M., devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo: I. Nome da fonte. II. Natureza da água. III. Localidade. IV. Data e número da concessão, V. Nome do concessionário. VI. Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o D.N.P.M. VII. Volume do conteúdo. VIII. Carimbo com ano e mês de engarrafamento. § 1º As águas minerais carbogasosas naturais, quando engarrafadas, deverão declarar no rótulo, em local visível, "água mineral carbogaseificada natural". § 2º É obrigatória a notificação da adição de gás carbônico às águas engarrafadas, quando este não provenha da fonte; essas águas estão sujeitas às seguintes especificações, sem prejuízo das outras exigências constantes desta lei : I. As águas minerais deverão declarar no rótulo, em local visível, "Água Mineral gaseificada artificialmente".

II. As águas potáveis de mesa deverão declarar no rótulo, em local visível, "Água potável de mesa gaseificada artificialmente". § 3º Nenhuma designação relativa às características ou propriedades terapêuticas das fontes poderá constar dos rótulos, a menos que seja autorizada pela Comissão Permanente de Crenologia. Art. 30. Os recipientes destinados ao engarrafamento da água para o consumo deverão ser de vidro transparente, de paredes internas lisas, fundo plano e ângulos internos arredondados, e com fêcho inviolável, resistente a choques, aprovados pelo D.N.P.M.

56 A noção de “composição” tomada em seu sentido amplo, como coloca Latour em entrevista (in: Dias et. al., 2014, p. 504), a saber: “o de compromisso, o de conflito, o de hibridação, o de gambiarra [...]”.

Sobre a Guerra das Águas na microrregião de São Lourenço⁵⁷

Em 1998 foi realizado um estudo pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) cujo objetivo principal fora “subsidiar o planejamento e o gerenciamento racional dos recursos naturais em harmonia com a legislação ambiental” (CPRM, 1998, p. 3). Segundo a CPRM (1998, pp. 76, 77), quando as primeiras captações foram construídas em São Lourenço, os níveis estáticos das fontes eram no nível, ou acima da superfície, e, no ano de 1995, já se havia observado um rebaixamento nesse nível, que atingiu, na referida época, 5,5 metros no poço do Hotel Brasil, vizinho ao Parque das Águas de São Lourenço. Conclui, portanto, o estudo da CPRM (1998, p. 115), que:

Os estudos comparativos de qualidade química e vazão das medidas realizadas no início do século com as executadas para esse estudo indicaram que houve uma diminuição da mineralização das águas e, localmente, reduções da vazão, às vezes acentuadas (fontes Vichy e Alcalina em São Lourenço). Possivelmente esse fenômeno esteja associado a ações antrópicas como desmatamento em áreas de recarga e à *superexploração dos aquíferos através de poços em exploração e dos novos poços perfurados* [grifo nosso].

Destaca-se, com especial atenção, que o estudo realizado pela CPRM (1998) apontou que a água do Poço Primavera – utilizado pela empresa Nestlé - possui uma qualidade intrínseca que é a presença de um alto teor de ferro, o que, em virtude de sua deposição no fundo dos recipientes, torna-se um empecilho à sua comercialização. Há portanto, na presença desse elemento, um componente chave que desencadeará uma série de ações ao longo da cadeia de translações que observaremos aqui. Assim, para que pudesse ser explorada comercialmente a água mineral, a Nestlé Waters solicitou, em 1997, junto ao DNPM, uma autorização para a retirada do ferro das águas, o que lhe fora negado, uma vez que não havia precedente Legal para essa atividade. Desde que começou a

57 Uma advertência: as informações expostas adiante encontram-se excessivamente resumidas. Para uma leitura detalhada do caso recomenda-se a consulta aos trabalhos que serão citados ao longo do presente subcapítulo.

produzir a água adicionada de sais da marca “Pure Life”, a quantidade de ferro contida na água do Poço Primavera havia se tornado um problema para a Nestlé. Conta-nos Ninis (2006, p. 118) que, ainda em 1999, a Nestlé “driblou” a legislação para a exploração das águas minerais, pois, com base em um parecer do DNPM que deferia a competência de autorização para a comercialização das águas adicionadas de sais à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e, uma vez que o DNPM havia se manifestado contrário à retirada do ferro contido nas águas da fonte primavera, a empresa solicitou à ANVISA a autorização para comercializar a água adicionada de sais da marca “Pure Life”⁵⁸.

Cabe destacar que no final da década de 1990⁵⁹ a Nestlé Waters realizou uma ampliação do seu pátio. Nesse período foram observados afundamentos do solo e rachaduras nas construções; a interrupção da vazão espontânea na fonte magnesiana; a redução da vazão na fonte Vichy; alterações no sabor de algumas águas do Parque e a demolição da fonte Oriente, para que fosse posteriormente adaptada às ampliações do pátio da Nestlé. Foi nesse cenário que grupos formados por habitantes de São Lourenço começaram a atentar para a possibilidade de superexploração das águas minerais, culminando na formação do grupo Cidadania Pelas Águas – “não se nasce cidadão; torna-se um” escreveu Latour (2016, p. 167). Note-se que, em março de 2001, ocorreu o então intitulado “Encontro pelas águas”, articulado pelo Movimento Cidadania Pelas Águas, com o objetivo de participar nas decisões que viriam a interferir no “tempo que vem” – para utilizar de uma inspiração Agambeniana - onde expuseram, na frente do Parque das Águas, faixas que continham três perguntas, a saber: i) onde está a [água da fonte] magnesiana?; ii) as fontes estão secando?; e iii) está havendo superexploração?

58 Ninis (2006, pp. 118 – 119) sugere que a autorização concedida pela ANVISA foi proporcionada por uma omissão da Nestlé sobre a procedência (poço perfurado) da água utilizada na fabricação da marca “Pure Life” quando da solicitação de autorização à essa agência.

59 Informações disponíveis no sítio do movimento Cidadania pelas Águas de São Lourenço. Disponível em: < <https://aguasdesaolourenco.wordpress.com/2013/04/21/movimento-de-cidadania-pelas-aguas-de-sao-lourenco-mg-sintese-historica-2/> > Acesso em: nov. 2016.> Acesso em: mar. 2017.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Em abril de 2001 foi entregue ao Ministério Público de Minas Gerais um requerimento solicitando a abertura de uma Ação Civil Pública, acompanhada de um livro com mais de mil assinaturas para reivindicar providências que assegurassem a proteção das águas minerais da cidade. Então, em 27 de junho, uma audiência pública foi realizada, ocasião na qual foram apresentadas, pelo Movimento Cidadania pelas Águas (MACAM), novas irregularidades contra a Nestlé. Em dezembro de 2001, uma Ação Civil Pública contra a Nestlé foi iniciada com o objetivo de impedir a fabricação da água Pure Life em São Lourenço, já que para que se chegasse à esse produto havia a suspeita de desmineralização da água; de dano ao meio ambiente e de ameaça ao patrimônio histórico e turístico (NINIS, 2006).

Uma matéria publicada do jornal suíço “Le Courier”⁶⁰ inaugura os debates sobre o tema no ano de 2002. O teor da matéria descreve a solidariedade que se formou no entorno da disputa pela água na cidade de São Lourenço. Contendo transcrições da fala do ativista e embaixador brasileiro do movimento cidadania pelas águas, Franklin Frederick, que na ocasião estava na suíça para uma palestra sobre o “balanço da água no Brasil e os interesses de uma multinacional suíça”. A seguinte fala do ativista ganha destaque: “lutar contra a Nestlé é uma coisa impossível para um cidadão comum. E um movimento de cidadania tem sido criado junto com diversos programas”, para resgatar as práticas terapêuticas e as crenças não Ocidentais de respeito pela água. Na época, o caso de São Lourenço fora considerado durante uma manifestação ocorrida na Suíça, organizada principalmente pelo grupo denominado “ATTAC”, cujo alvo eram as ações da Nestlé, notadamente no que dizia respeito à possível privatização de uma fonte de água, pela multinacional, na cidade de Bevaix: “um outro mundo é possível [...]” era a emblemática frase que iniciava o texto do ATTAC.

60 Tradução direta nossa. Disponível em: <
http://www.lecourrier.ch/la_solidarite_se_cree_autour_de_leau_bresilienne > Acesso em: dez. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Em maio de 2002, o *Jornal do Brasil* publica uma matéria⁶¹ que passa a consistir como a primeira fonte em um veículo de ampla divulgação sobre a disputa pela água em São Lourenço. Além disso, na referida matéria, consta a informação de que a Nestlé, à época, não possuía a licença do DNPM para o uso das águas. Segundo o depoimento de uma ativista do MACAM, transcrito na matéria:

“[as] bombas de sucção de grande potência e injeção artificial de gás retiram à força, do subsolo, um milhão de litros de água por dia do Poço Primavera, de onde é extraída a Pure Life, uma água cujas propriedades químicas foram adulteradas. O ferro, abundante nessa água e recomendada pelos médicos para combater a anemia, foi retirado pela Nestlé porque impregnava a água de uma coloração amarelada. A outra adulteração é a adição de sais minerais. Para legalizar essa adulteração, a empresa conseguiu autorização do Ministério da Saúde (ANVISA)”.

Assim, conforme exposto na matéria do *Jornal do Brasil*, chegou-se à principal controvérsia do caso, afinal, a água é um recurso mineral ou um recurso hídrico? Para evitar que a água mineral seja igualmente tratada como, por exemplo, o minério de ferro, e, dessa maneira, ser explorada – e exaurida – até secar as fontes, o MACAM solicitou que as Águas de São Lourenço fossem consideradas não mais como um recurso mineral, mas como um recurso hídrico e, assim, obedecer à uma legislação específica com outras práticas e regras que vislumbrassem a garantia do seu uso e de suas propriedades terapêuticas. Ainda segundo a publicação, existia, nas palavras do Promotor responsável pelo caso à época, “uma série de denúncias diferentes”, porque o “licenciamento para as obras veio depois da execução [e], falta autorização para a extração da água e desmineralização da água do Poço Primavera”. Com base nessas informações, foi instaurado um inquérito com vistas à investigar as denúncias acerca do caso e, posteriormente, teve início a já citada Ação Civil Pública na Segunda Vara Cível da Comarca da cidade de São Lourenço.

61 Disponível em: <
http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_12&pagfis=59818 > Acesso em: dez. 2016.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Em 2004 foi realizada uma audiência pública para contemplar especificamente o caso da Nestlé em São Lourenço. Em virtude de inúmeras controvérsias que não pareciam aproximar-se do fim mas, ao contrário, desenvolver-se cada vez mais, instalou-se, por ordem da Procuradoria Federal, uma auditoria interna no Departamento Nacional de Produção Mineral para avaliar o caso. Após essa ocasião, a Procuradoria Federal recomendou a interdição imediata do Poço Primavera. A Nestlé, por sua vez, apelou da decisão e obteve, em um processo considerado estranhamente veloz para os parâmetros de ações dessa natureza, particularmente no Brasil, a decisão liminar para a continuidade das atividades e o consequente não fechamento do Poço Primavera. Note-se, contudo, que a Nestlé continuou a fabricação da marca “Pure Life” até outubro de 2004 (NINIS, 2006, p. 126).

Se há no ferro potência para agenciar tantos atores e paralisar uma atividade de uma multinacional líder no segmento de bebidas engarrafadas, é digno que lhe confira um papel que exceda o caráter vestigial deixado nos recipientes que abrigam as águas de que faz parte. Em resumo, aqui, oferece-se a seguinte sentença que, adaptada de um dito popular, fornece uma simplificada, porém não menos interessante, descrição acerca da paralisação da fabricação da água Pure Life por conta da atividade de desmineralização realizada em São Lourenço: “quem sem ferro fere, com ferro será ferido”.

Em 15 de dezembro de 2016, durante a realização da assembleia do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica do rio Verde (GD4), em São Lourenço, a questão da Água Mineral em São Lourenço foi retomada. A fala do representante da ONG Amar’agua, na ocasião, foi destinadas à três aspectos, a saber: i) o código das instâncias hidrominerais não está sendo cumprido; ii) a fiscalização deve deixar de ser feita pelo DNPM e passar para a Agência Nacional de Águas; e iii) que a água seja utilizada para as suas capacidades terapêuticas.

Há, pois, uma série de desvios no curso dessas águas. Em um resumo um tanto exagerado, podemos dizer que uma linguagem técnica lhe prestou um amargo serviço:

forneceu e tomou o protagonismo que amputou as suas possibilidades. Ora, mas como ocorre com as crianças teimosas que a linguagem do Mundo tenta calar, persistem as suas características que lhes pertencem por vocação: uns as entendem por vícios – ou excesso de ferro - e outros as compreendem por virtudes - e excesso de ferro.

Mapeamento de controvérsias da Guerra das Águas em São Lourenço

O estudo de Faria (2014) propõe um diagrama de translações das controvérsias sobre o caso do projeto Apolo, na Serra do Gandarela, em Minas Gerais. Inspirado em seu trabalho, proponho a seguinte conformação das controvérsias da Guerra das Águas em São Lourenço (Figura 1). Um adendo: na medida em que a linha divisória caminha para a direita, corresponde dizer que a Nestlé caminha no sentido à concretização de seu projeto (ganha aliados); e na medida em que a linha se desloca para a esquerda, corresponde a dizer que a ação da Nestlé sofre desvios e se distancia de seu projeto original e, portanto, perde aliados.

Assim, o mapeamento das controvérsias permite, além de uma descrição cuidadosamente simplificada, vislumbrar os desvios sofridos pelo objetivo inicial ao longo do período analisado. Logo, o responsável pelo movimento do conjunto se torna uma questão secundária, uma vez que isso só pode ser reconhecido de forma retrospectiva, após a dança dos desvios e a sua composição. Logo, o benefício de uma análise retrospectiva é avaliar o papel dos diferentes atores para compreender as suas respectivas motivações (Latour, 2016, pp. 30-34).

VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Quando um objetivo original é interrompido e a ação se torna coletiva

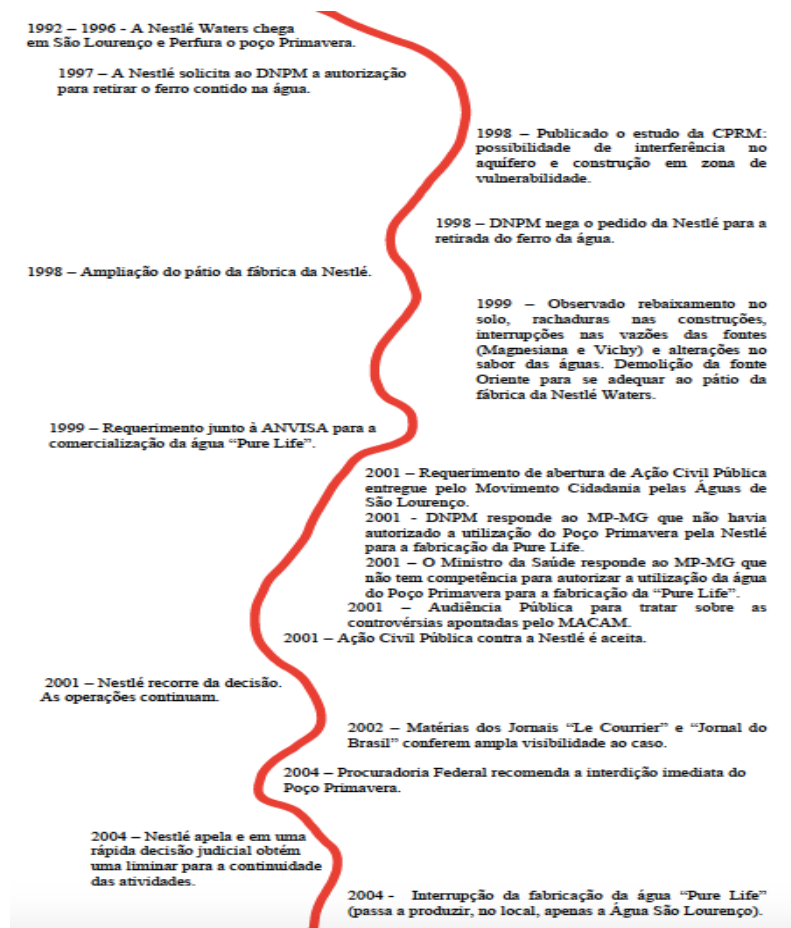


Figura 1 – Cartografia de controvérsias da Guerra das Águas em São Lourenço, Minas Gerais.

No mapeamento exposto acima, é possível perceber o movimento na “linha de frente” (em vermelho) que indica a ocorrência de amigos e inimigos e, assim, a garrafa de água abandona a condição de objeto e passa a ser tomada – também literalmente - como um



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

projeto. Afinal, nos parece que é para isso que Bruno Latour (2016, p. 53) chamava a atenção quando dizia que

“a invenção técnica não caminha em linha reta, mas ziguezagueia entre acordos e concessões [...] a programas e antiprogramas, pois certamente não se trata apenas de seres humanos, mas também de materiais, máquinas, patentes, etc. [...] [e] assim, tal compreensão ajuda a abordar as técnicas como um projeto, e não como um objeto [...] O objeto existe, mas como uma fração do instante t [grifo do autor]. O objeto representa então a parada sobre uma imagem do filme do projeto”.

Uma observação: percebemos a presença dos híbridos de tempos (o velho e o novo); de escalas (global e local); de saberes (científico e “popular”); de políticas e interesses (público e privado); enfim, de naturezas e sociedades reunidas em torno de uma garrafa de água em uma pequena cidade no Sul de Minas Gerais. Assim, anuncia-se um espaço hibridizado: aqui, para este caso, mostrou-se fecundo aceitar os híbridos ao invés de tentar reuni-los através de dicotomizações. Os híbridos são, pois, nessa perspectiva, um repositório de tudo que age no socius.

Vimos que a interrupção da produção da garrafa de água mineral da marca “Pure Life” instalou uma controvérsia que se estendeu por aproximados sete anos, e chegou ao seu fim no momento em que foi encontrada uma concordância que muito diferia do curso original da ação prevista pela empresa Nestlé. Atualmente, outras discordâncias atuam como uma matriz para o aparecimento de novas controvérsias, cujo final ainda nos parece distante. Mas, afinal, quem terá o direito à palavra final sobre a água? Ou melhor: quem controla a água? Uma simples pergunta (como nos convidou a fazer Boaventura de Sousa Santos) que, arriscamos dizer, não é dotada de originalidade alguma, mas é precisamente para aqueles que de alguma maneira se sentem impelidos em fazer perguntas semelhantes que esse trabalho é endereçado. Um certo ar do tempo, diria Deleuze.

Referências

ANDRADE, M. F. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850). 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945. Código de Águas Minerais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.htm> Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940 (código de minas). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0227.htm> Acesso em: mar. 2017.

CPRM. **Projeto circuito das águas do estado de Minas Gerais**. Estudos geoambientais das fontes hidrominerais de Cambuquira, Caxambú, Conceição do Rio Verde, Lambari e São Lourenço. Serviço Geológico do Brasil. Superintendência Regional de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/8558/Estudo_geoambiental_Cambuquira.pdf?sequence=1> Acesso em: mar. 2017.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3ª ed. São Paulo: 34, 2013.

DIAS, J.; SZTUTMAN, R.; MARRAS, S. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 57, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87772>> . Acesso em: mar. 2017.

FARIA, E.S. Cartografia de controvérsias: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do Projeto Apolo na Serra do Gandarela. Dissertação de Mestrado: UFMG, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9Q7EQ7/2014_faria_disserta__o.pdf?sequence=1> Acesso em: dez. 2016.

FOUCAULT, M. Crise da medicina ou crise da antimedicina. Primeira conferência proferida, em outubro de 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ. Tradução do Espanhol por Eliana Conde. Disponível em:

< <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/8646/6432> >. Acesso em: mar. 2017.

LATOUR, B. **War of the worlds. What about peace?** Chicago: Prickly Paradigm Press, LLC, 2002.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador, Bahia: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. On some of the affects of capitalism. Lecture given at the Royal Academy, Copenhagen, 2014b. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/136-AFFECTS-OF-K-COPENHAGUE.pdf>> Acesso em: 19/01/2016.

LATOUR, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas.** São Paulo: Editora 34, 2016.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NINIS, A. A ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço. Dissertação (mestrado). Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2006.

SANTOS, B. S. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. 1988. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>

SERRES, M. **O contrato natural.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

SZTUTMAN, R., MARRAS, S. Por uma antropologia do centro. Entrevista com Bruno Latour. 2004. Revista MANA, 10 (2): 397-414. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25166.pdf>> Acesso em: mar. 2017.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with Actor-Network theory in public understanding of Science. 2010. Disponível em: <http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf> Acesso em fev. 2017.

VENTURINI, T. How to represent controversies with digital methods. S/D. Disponível em: <http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf>. Acesso em: fev. 2017.